

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Intervenção do Deputado Manuel Arruda

Senhor Presidente
Senhoras e senhores Deputados

O poder local democrático que, no nosso país, já tem 27 anos vem ganhando cada vez maior importância no desenvolvimento das comunidades onde se insere, transformando-se mesmo no polo aglutinador do sentir e das aspirações das populações.

É, pois, frequente escutarmos os autarcas e seus representantes, as Associações de Municípios e de Juntas de Freguesia, reivindicarem maiores verbas nas transferências do Orçamento do Estado para corresponder aos legítimos anseios das populações que pretendem ver satisfeitas as suas necessidades básicas, como sejam abastecimento de água e caminhos pavimentados.

Se atendermos ao princípio da subsidiariedade, pelo qual quem está mais próximo das populações melhores possibilidades tem de atender às suas necessidades, facilmente concluiremos que as autarquias fazem mais investimentos a mais baixo preço.

Senão, atentemos ao Boletim Económico de Março de 2002 do Banco de Portugal no estudo feito pelos Drs. João Correia da Cunha e Patrícia Silva no estudo sobre “Finanças Locais e Consolidação Orçamental em Portugal” onde se refere expressamente que as autarquias portuguesas são

responsáveis por 45,5% no investimento total das Administrações Públicas enquanto que no lado da despesa total das Administrações Públicas representam somente 10%.

Estes números são, por si só, demonstrativos da enorme importância do poder local como factor de desenvolvimento e progresso do nosso país.

Na Região Autónoma dos Açores embora não havendo estatísticas que permitam tirar a conclusão atrás referida, estou certo que, com os grandes investimentos feito pelas autarquias dos Açores a balança também penderá a seu favor.

Senhor Presidente
Senhoras e senhores Deputados

Daí a grande importância que se dá à cooperação e colaboração entre o Poder Local e o Poder Regional.

As autarquias dos Açores têm na sua generalidade grandes problemas do lado das receitas em virtude da pequenez dos nossos Concelhos, do insuficiente desenvolvimento económico e financeiro das empresas neles sediadas, da sua fraca densidade demográfica e, na maioria dos casos, à orografia do seu terreno.

Estes factores dificultam o investimento por insuficiência de receitas e tornam-os mais dispendiosos.

Do referido facilmente se concluirá que é essencial que haja uma cooperação e colaboração entre os poderes regional e local com base em critérios claros e objectivos, igual para todos independentemente da cor partidária que chefia o executivo camarário.

Verificamos que a realidade é bem diferente. Se compulsarmos os Jornais Oficiais de 1 de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 2001, verificamos que os diversos tipos de apoio do Governo Regional às Autarquias, sob a forma de cooperação, colaboração e ainda outras formas de apoio indiscriminado distribuí-se da seguinte forma. 70% dos apoios para 28% do Poder Local Socialista e 27% dos apoios para 69% do Poder Local do Partido Social Democrata.

Especificando melhor. Da comparticipação do Governo Regional no montante de 10,8 milhões de contos, 7,6 milhões de contos destinaram-se a Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias do Partido Socialista e os restantes 2,9 milhões de contos para as Câmaras e Juntas do Partido Social Democrata.

A importância da distribuição dos apoios do Governo Regional às Autarquias é, também, bem visível se compararmos os apoios atribuídos a ilhas com populações iguais, mas com autarcas de cor política diferente.

Senão vejamos:

A ilha do Faial, com 15.476 habitantes, teve 1 milhão 150 mil contos em apoios deste tipo, por parte do Governo Regional. A ilha do Pico, por seu lado, com 14.048 habitantes, recebeu 338 mil contos.

As autarquias de Santa Maria, com 5.922 habitantes, receberam 956 mil contos. As da ilha Graciosa, com 5.189 habitantes, receberam 71 mil contos.

A ilha de São Miguel, com 131.510 habitantes, recebeu 3 milhões 524 mil contos. Enquanto que somente o Concelho de Angra do Heroísmo, com 35.505 habitantes, teve a sorte de receber do Governo Regional apoios no valor de 3 milhões 633 mil contos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Há, na verdade, filhos e enteados nesta relação entre o Governo Regional e as autarquias, conforme estas sejam lideradas pelo Partido Socialista ou pelo Partido Social Democrata.

É de condenar semelhante gestão dos dinheiros públicos.

Estamos aqui, hoje, a denunciá-la.

Queremos estar amanhã, aqui ou em qualquer outro forum, a confirmar uma gestão justa e equitativa dos apoios do Governo Regional às autarquias açorianas.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Junho de 2002.